

LEI Nº 502/2010, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2010.

**ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO
MUNICÍPIO PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO
DE 2011, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

O PREFEITO MUNICIPAL DE IBIAPINA, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 66, II da Lei Orgânica do Município, **faço saber**, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

**TÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES COMUNS**

Art. 1º. - Esta Lei estima a Receita e fixa a Despesa do Município de Ibiapina para o exercício financeiro de 2011, compreendendo:

I - O Orçamento Fiscal referente aos Poderes do Município, Órgãos, Fundos instituídos e mantidos pelo Poder Público Municipal e Entidades da Administração Direta e Indireta;

II - O Orçamento da Seguridade Social, abrangendo todos os Órgãos a eles vinculados, Fundos instituídos e mantidos pelo Poder Público Municipal e Entidades da Administração Direta e Indireta.

**TÍTULO II
DO ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

**CAPÍTULO I
DA ESTIMATIVA DA RECEITA**

Art. 2º. - Fica estimada a Receita Orçamentária do Município, a preços correntes e conforme a legislação tributária, em R\$ 40.114.125,00 (quarenta milhões, cento e catorze mil, cento e vinte e cinco reais).

Art. 3º. - As receitas decorrentes da arrecadação de tributos, contribuições e de outras receitas correntes e de capital, previstas na legislação vigente, são discriminadas por categoria econômica conforme desdobramento abaixo:



FONTES	VALOR(R\$)
1. RECEITAS DO TESOUREO MUNICIPAL	
1.1. RECEITAS CORRENTES	34.445.100,00
Receita Tributária	597.100,00
Receita de Serviços	1.600,00
Receita de Contribuições	2.800,00
Receita Patrimonial	135.800,00
Transferências Correntes	33.676.000,00
Outras Receitas Correntes	31.800,00
1.2. RECEITAS RETIFICADORAS – FUNDEB	
(Portaria STN Nº 328, de 27/08/2001)	-2.818.960,00
1.3. RECEITAS DE CAPITAL	8.487.985,00
Operações de Créditos	2.048.000,00
Alienação de Bens	20.000,00
Transferências de Capital	6.419.985,00
TOTAL GERAL	40.114.125,00

Art. 4º. - A receita será realizada com base no produto do que for arrecadado, na forma da legislação em vigor, de acordo com o desdobramento constante do anexo que é parte integrante desta Lei.

CAPÍTULO II

DA FIXAÇÃO DA DESPESA

Art. 5º. - A Despesa Orçamentária, no mesmo valor da Receita total, fixada em R\$ 40.114.125,00 (quarenta milhões, cento e catorze mil, cento e vinte e cinco reais) é desdobrada nos seguintes conjuntos:

I - Orçamento Fiscal, em R\$ 28.011.740,00 (vinte e oito milhões, onze mil, setecentos e quarenta reais); e

II - Orçamento da Seguridade Social, em R\$ 12.102.385,00 (doze milhões, cento e doze mil, trezentos e oitenta e cinco reais).

Art. 6º. - Estão plenamente assegurados recursos para os investimentos em fase de execução, em conformidade com a LDO para o ano de 2011 e PPA.



CAPÍTULO III

DA DISTRIBUIÇÃO DA DESPESA POR ÓRGÃO

Art. 7º. - A despesa total, fixada à conta dos recursos previstos, segundo a discriminação dos quadros "Programa de Trabalho" e "Natureza da Despesa", integrantes desta lei, apresenta por órgãos, o seguinte desdobramento:

ÓRGÃOS	VALOR (R\$)
01 – CÂMARA MUNICIPAL	1.006.833,00
02 – GABINETE DO PREFEITO	928.200,00
03 – PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO	115.900,00
04 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	2.710.550,00
05 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	13.613.947,00
06 – SECRETARIA DE CULTURA DESPORTO E TURISMO	2.185.400,00
07 – SECRETARIA DE SAÚDE	9.272.300,00
08 – SECRETARIA DO TRABALHO E ASSISTÊNCIA SOCIAL	2.970.085,00
09 – SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS	6.206.110,00
10 – SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE	195.000,00
11 – SECRETARIA DE AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL	889.800,00
99 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA	20.000,00
TOTAL GERAL	40.114.125,00

CAPÍTULO IV

DA AUTORIZAÇÃO PARA ABERTURA DE CRÉDITOS E CONTRATAÇÃO DE OPERAÇÕES DE CRÉDITOS

Art. 8º. – Ficam os Chefes dos Poderes Executivo e Legislativo Municipal, autorizados a abrir créditos adicionais suplementares até o limite de 70% (setenta por cento) da receita prevista para o exercício de 2011, utilizando como fonte de recursos compensatórios as disponibilidades referidas no Parágrafo 1º., do Art. 43, da Lei Federal nº. 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 9º. – Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a realizar operações de créditos por antecipação da receita, com a finalidade de manter o equilíbrio orçamentário-financeiro do Município, observados os preceitos legais aplicáveis à matéria.

PARÁGRAFO ÚNICO – O Executivo, ao realizar operações de crédito por antecipação da receita, dará ciência à Câmara Municipal do montante da respectiva operação, bem como da capacidade de endividamento do município.



CAPÍTULO V
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 10. – Fica o Poder Executivo autorizado a contratar e oferecer garantias a empréstimos voltados para o saneamento e habitação em áreas de baixa renda.

Art. 11. – O Prefeito, no âmbito do Poder Executivo, poderá adotar parâmetros para utilização das dotações, de forma a compartilhar as despesas à efetiva realização das receitas, para garantir as metas de resultado primário.

Art. 12. - Através de Decreto, até 30 dias após a publicação do orçamento, o chefe do Executivo Municipal estabelecerá a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso das diversas unidades orçamentárias, conforme art. 8º da Lei Complementar Nº. 101, de 4 de maio de 2000.

Art. 13. - Esta Lei entrará em vigor a partir de 1º. de janeiro de 2011, revogadas as disposições em contrário.

PAÇO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAPINA-CE., EM 18 DE NOVEMBRO DE 2010.



MARCOS ANTONIO DA SILVA LIMA
Prefeito Municipal